

A AUTOGESTÃO E A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Edmilson Marques*

Introdução

A Revolução dos Cravos já recebeu a atenção de centenas de pesquisadores. Pesquisas diversas apresentaram interpretações distintas, o que demonstra a complexidade daquele fenômeno. O campo de estudo se amplia ainda mais se incluirmos aí os documentários e filmes que já foram produzidos. Um fenômeno histórico tão estudado deixa transparecer não haver nada mais a ser dito. No entanto, uma leitura ampla do que já foi produzido acaba por escapar um conjunto de questões ainda a serem abordadas, e se considerar a perspectiva do método dialético, o número de questões aumentam ainda mais.

No interior deste conjunto de estudos prevalece o foco na ação de militares na efetivação do que ficou conhecido como *Revolução dos Cravos*, como está no título homônimo do livro de Lincoln Secco (2004), ou *Revolução Portuguesa*, como indica também o título do livro de autoria de V. Ermakov e V. Poliakovski (1979). Essa forma de percepção evidencia a descrição, o foco restrito e limitado no processo levado a cabo pelos militares.

Outra concepção que se evidencia em diversas obras, Spínola (1974), Secco (2005), Soares (1976), só para citar alguns exemplos, se restringe a perceber a Revolução Portuguesa como um processo que torna possível uma realidade pautada em relações igualitárias no interior do capitalismo. Aqui o foco recai sobre a necessidade de instauração da democracia burguesa, o que evidencia nesta concepção a grande vitória da Revolução dos Cravos.

Para além das diversas interpretações que poderíamos continuar exemplificando aqui sobre a Revolução Portuguesa, há uma questão que ainda permanece reproduzindo uma confusão em sua abordagem e gerando interpretações com análises superficiais e insuficientes, que diz respeito à efetivação da autogestão naquele fenômeno. Há uma complexidade aqui, pois permanece uma confusão sobre o real significado da autogestão. Alguns confundem a autogestão como um processo organizacional desenvolvido por sindicatos ou ainda por partidos ditos de esquerda. Ou ainda que a autogestão se refere à gestão de uma empresa de propriedade do capital pelos operários, fenômenos esse já revelado por Guillerm e Bourdet (1976) que se trata na verdade da heterogestão.

* Doutor em História/UFG e professor da Universidade Estadual de Goiás/UEG.

Diante deste imbróglio, este texto visa analisar a relação da autogestão com a denominada Revolução dos Cravos. O foco aqui recai sobre o estágio que atingiu a luta operária, analisando o seu processo de constituição no decorrer e após a Revolução dos Cravos. O objetivo é verificar a relação que a autogestão estabeleceu com a revolução portuguesa que nos dê a possibilidade de compreender as suas especificidades, ou seja, a Revolução dos Cravos pode ser considerada um exemplo de manifestação da autogestão? É sobre isso que iremos discutir no texto que segue.

A Autogestão e a Revolução dos Cravos

A autogestão, como já demonstramos em outro lugar¹, é uma forma generalizada de gestão operária. Ou seja, uma forma de organização implantada nos locais de produção, distribuição e em todos os demais setores da sociedade. Esse processo, pressupõe, ao mesmo tempo, a abolição do Estado e do modo de produção capitalista. O pressuposto aqui apresentado já nos indica alguns elementos essenciais para analisar o desencadear dos acontecimentos no 25 de abril e também no pós Revolução dos Cravos.

No decorrer daquele fenômeno o poder estatal apenas mudou de mãos e de forma (das mãos de Marcelo Caetano, que mantinha o regime salazarista, para as mãos dos militares, que iniciaram o processo de implantação da democracia). Esse processo manteve o poder estatal intacto, ou seja, não se configurou como uma revolução operária. Não se pode confundir movimento militar com movimento operário. O primeiro objetiva a perpetuação do estado, já o segundo tem como tarefa abolir o estado e a instauração da autogestão. A manutenção do estado por si só já pressupõe a não instauração da autogestão, já que ambos são incompatíveis. Obviamente que aqui estamos nos referindo a um aspecto específico da Revolução dos Cravos, o aspecto político apresentado pelos militares que integraram a MFA (Movimento das Forças Armadas).

Para além desse elemento específico, importa agora, focar nossas atenções no que aconteceu nos locais de produção, de distribuição e demais setores de Portugal, o que nos possibilitará perceber a relação da autogestão com a Revolução dos Cravos. Após o 25 de abril de 1974² houve uma ampla adesão de trabalhadores fabris e de outros setores a movimentos grevistas. Várias fábricas e empresas foram ocupadas pelos operários, chegando a criar o que em Portugal foi denominado pelos operários de *comissão de trabalhadores*. Esse processo

¹ Veja Marques (2019).

² Data que demarca a separação do processo de abolição do salazarismo e instauração do regime democrático em Portugal.

ocorreu especificamente entre essa data e março do ano seguinte, como o demonstra Pinto (2016). Até esta data, o que se verifica é a existência da luta operária que se mantinha na fase da espontaneidade e do autonomismo, ou como afirmou Marx, no estado de classe em si, dominada pelo capital. Isso pode ser notado nas constantes manifestações realizadas por operários que objetivavam conseguir o atendimento de determinadas reivindicações. Ou seja, não apresentaram o objetivo de abolir as relações de produção capitalista, mas se limitaram a reivindicações, permitindo ainda ao capital o poder de definir como seriam realizadas.

No jornal o Combate podemos ver uma citação sobre essa posição assumida pelas trabalhadoras de uma fábrica após o 25 de abril de 1974. Vejamos:

no final de maio, as 48 funcionárias dessa fábrica [Sogantal] elegeram uma comissão [de trabalhadoras] e uma delegada sindical que apresentaram ao director francês e ao gerente português o caderno de reivindicações, que consistiam em aumentos salariais e pagamento de alguns subsídios, como 13º salário e férias (Combate, 1974, n. 1. p.1, *apud*, PINTO, 2016).

Como essa reivindicação não foi aceita, as operárias resolveram diminuir a produção. O diretor francês decide fechar a fábrica e logo depois abandoná-la. As operárias tomam conta da unidade produtiva e continua a produzir e vender as mercadorias. Esse elemento é interessante para entender a relação da autogestão com a Revolução dos Cravos. Na citação acima vimos que essa indústria, e era o caso de outras, mantinha uma íntima relação com organizações sindicais, embora no decorrer dos acontecimentos foram mantendo uma posição de recusa de algumas lideranças. Além disso, no processo de ocupação da fábrica, acaba se submetendo às relações capitalistas, já que produzia e vendia a produção. Outro exemplo, para deixar esse elemento mais claro, está em outra indústria que atuava na produção de algodão. Nesta, houve também a ocupação da fábrica e instauração da auto-organização.

De maneira que começamos então a trabalhar e é claro a fazer o serviço que era preciso, de comprar algodão ou vender a produção. Depois que começamos a vender começamos a atualizar os preços, visto que os preços a que estavam os artigos eram baixos para os artigos bons e altos para os fracos. Tivemos que rever a equiparação de preços, visto que não estavam realmente bem equiparados (Combate, 1975, n. 23, p. 8, *apud*, Pinto, 2016).

Aqui temos dois exemplos claros do que Guillerm e Bourdet (1976) denominaram de cogestão, ou seja, uma forma organizacional que não consiste ainda em autogestão. Assim como apontado por Viana (2020):

se o conselho de fábrica nasce num contexto de radicalização e que se propõe e efetiva a gestão da fábrica, então se aproxima da autogestão, mas por não haver uma total autodeterminação (incluindo decisão sobre meios e fins), por estar envolvido na divisão social do trabalho, subordinado ao mercado

(relações de distribuição capitalistas) e aparato estatal, e seguindo seus parâmetros, então temos um processo de cogestão.

Viana (2020) ressalta ainda que a passagem para a autogestão pressupõe ultrapassar os limites que recai sobre uma unidade de produção isolada. E vê que é justamente essa passagem o grande limite que se impõe ao movimento operário para a realização da revolução.

Outra forma organizacional desenvolvida em Portugal naquele período, por produtores de várias fábricas, se fundamentou na heterogestão. Neste caso, não há a ocupação da fábrica, mas a participação na gestão da mesma para o capitalista. Nesta forma de organização, os trabalhadores não deixam de lutar contra seus exploradores. O problema persiste na forma de luta que estabelecem, ou seja, neste caso muitos setores apontam o objetivo da luta por direitos. Um exemplo pode ilustrar isso. Em outra fábrica, no mesmo período, os trabalhadores de Mabor fazem greve e direcionam suas reivindicações aos patrões. Em um panfleto escrevem:

Hoje temos condições mais favoráveis para impor os nossos direitos, cada vez mais camaradas sabem que é pela luta que os direitos se conquistam, que é sobretudo na luta que descobrimos que são os nossos verdadeiros e os falsos amigos, cada vez entendemos melhor como nos exploram, porque o fazem e como devemos lutar contra isso (Combate, 1974, n. 5, p. 7, apud PINTO, 2016).

No primeiro caso demonstrado acima, vimos que há a ocupação da fábrica, o desenvolvimento da auto-organização, mas permanece a submissão da mesma à divisão social do trabalho estabelecida pelo capitalismo. Neste segundo, o movimento não aponta para a transformação das relações de produção, mas a luta gira em torno da conquista por direitos no interior do capitalismo. Isso pressupõe a permanência do estado e do modo de produção capitalista.

Um terceiro exemplo ainda pode ser apresentado sobre a forma de organização estabelecida pelos operários nos pós Revolução dos Cravos, que nos oferece elementos para entender a questão da autogestão e aquele fenômeno. Esse exemplo, demonstra um certo avanço, já que os operários apresentam o objetivo da revolução socialista. Vejamos o teor de uma publicação que realizaram na época:

Comissão de Trabalhadores para controle da produção e da gestão da Sorefame – CTCPGS

Objetivos:

Atuação desta comissão insere-se no processo revolucionário de transição para um regime socialista que no nosso país se está vivendo. Neste se abolirá a exploração do homem pelo homem e se criarão as condições necessárias para que cada um possa desenvolver as suas qualidades profissionais,

culturais, etc., pondo-as a serviço da comunidade e dela recebendo a justa retribuição, isto é, realizará o princípio: “de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo o seu trabalho”.

Nesta fase revolucionária, a colaboração dos trabalhadores da Sorefame reveste-se de especial importância.

Na realidade, a Sorefame é uma empresa em que o Estado possui capital majoritário. A sua vocação tem sido a de produção de equipamentos para setores-chave da economia nacional. Daqui se conclui a sua importância para a tarefa prioritária de reconstrução da economia nacional.

Esta tarefa não poderá ser concretizada sem a participação generosa e consciente de todos os trabalhadores. Será função da comissão promover e coordenar essa participação.

Como consequência do atrás exposto, incumbe-lhe o seguinte:

1º Colaborar com o Governo Provisório no sentido de garantir a concordância da atuação da administração com as diretrizes por ele definidas.

2º Controlar a gestão da empresa, bem como todo o seu processo de produção, assumindo e coordenando uma atitude de vigilância que se quer contínua e generalizada a todos os trabalhadores, já porque a todos interessa e porque só assim todos serão agentes ativos, e não objeto dum controle que só será eficiente se for total.

3º Atuar, após perfeito conhecimento de causa, com isenção, usando sempre dureza revolucionária perante atuações que, premeditadas ou não, sejam lesivas dos verdadeiros interesses dos trabalhadores e, conseqüentemente, tomadas contra a economia nacional.

4º Promover a colaboração de todos os trabalhadores na reorganização da empresa, interessando-os diretamente no aumento da produtividade e na forma de atingir rapidamente um processo de produção socialista.

5º Não são funções da comissão interferir em assuntos de caráter sindical, como, por exemplo, salários, classificação de pessoal, condições de trabalho, etc.

6º não se pretende que esta comissão substitua as chefias, antes, pelo contrário, é sua função responsabilizar quem não desempenhe com eficiência o cargo para que foi designado (*Apud*, VIANA, 2020).

Logo no início da citação citada acima, publicada pela comissão de trabalhadores da indústria Sorefame, vimos que apontam como objetivo colaborar com o processo revolucionário de transição para um regime socialista. Na sequência enfatizam ser a empresa de capital estatal e que apresenta como tarefa prioritária a reconstrução da economia nacional. Daqui podemos identificar que essa comissão apresenta uma influência do bolchevismo.

A ideia de transição, a manutenção da empresa como capital estatal e a tarefa de reconstruir a economia nacional, está de acordo com os preceitos do capital. Essa posição da comissão de trabalhadores da Sorefame fica ainda mais evidente nos tópicos 01, 05 e 06, onde respectivamente afirmam que buscam colaborar com o Governo Provisório, não interferir nos assuntos sindicais, e subentende não almejar superar as relações de produção capitalistas, com a manutenção do salário e da burocracia, e por fim, se submeter às ordens patronais.

Como foi percebido até aqui, as comissões de trabalhadores que emergiram no decorrer e após a Revolução dos Cravos, representaram uma forma de auto-organização criada pelos operários portugueses. Resta agora, analisar essas posições apresentadas anteriormente, no sentido de compreender o que representa para o movimento revolucionário.

Um ponto a ser destacado é que não houve em Portugal, no decorrer e após a Revolução dos Cravos a instauração da autogestão. Embora isso não tenha acontecido, não resta dúvida que o movimento operário conseguiu avançar para além das lutas espontâneas e atingiram a segunda fase, a das lutas autônomas³. A fase das lutas autônomas não representa ainda a instauração da autogestão, neste caso o que ocorreu em Portugal foi o desenvolvimento de auto-organizações, algumas delas se limitaram à co-gestão, outras à heterogestão.

A complexidade desta questão é decorrente das diversas interpretações existentes sobre o movimento operário português, mais especificamente, aquelas que foram apresentadas pelo autonomismo, presente especificamente no jornal *O Combate*. O autonomismo apresenta um limite para o movimento operário. É uma concepção que gera o reboquismo e apresenta dificuldades para perceber que o avanço para as lutas autogeridas e instauração da autogestão é fundamental. Há nesta forma de perceber o movimento operário português, uma apologia ao autonomismo. A manutenção desta fase, possibilita que a burguesia e a burocracia criem formas contrarrevolucionárias para impedir o avanço revolucionários dos trabalhadores.

Foi justamente a mobilização do autonomismo, a presença do sindicalismo e de outros setores progressistas no interior do movimento operário português, que possibilitou a hegemonia da ala semiproletária do bloco revolucionário em Portugal naquele período. Essa hegemonia foi suficiente para limitar a radicalização do movimento operário. Nesse sentido, a autogestão chegou a ser citada em algumas publicações realizadas por autonomistas, mas tratava-se de um limite que não percebia a existência da co-gestão e da heterogestão. Essas formas de organização do operariado português foi o que esteve presente amplamente em Portugal, principalmente após a Revolução dos Cravos.

Apesar disso, é preciso enfatizar que o movimento operário iniciou o processo revolucionário que poderia chegar à autogestão. A forma organizacional estabelecida em algumas fábricas e empresas pode ser reconhecida como experiência autogestionária, ou seja, como um experimento, uma tentativa, mas que se manteve na fase embrionária. O que essa experiência apontou é que o operariado português tinha uma ampla possibilidade para avançar para formas organizacionais mais radicais, mas não o fez. Com isso, a Revolução dos Cravos

³ Sobre as fases das lutas operárias, ver Jensen (2014).

pode ser entendida como mais um período em que o proletariado experimentou formas de auto-organização, que apontavam para a autogestão.

Considerações finais

A título de conclusão, ressaltamos os pontos principais aqui apresentados de forma breve. Para o propósito desta discussão, aqui consideramos a forma autêntica da autogestão, que diz respeito à autogestão proletária. Esta foi, inclusive, a forma que nos possibilitou analisar a relação da autogestão com a Revolução dos Cravos. Buscamos verificar a relação da autogestão com a Revolução dos Cravos. Percebemos que houve realmente uma radicalização do movimento operário que iniciou-se no período da Revolução dos Cravos, mas que se ampliou posteriormente, principalmente entre abril de 1974 e março de 1975. O estudo demonstrou que a autogestão não chegou a ser o ponto de referência para o movimento operário naquele período. Embora tenha sido citado e muitas vezes utilizado como termo para se referir ao que os operários estavam construindo em Portugal, vimos que o termo que mais expressa o que aconteceu foi o de auto-organização.

A questão é que o movimento operário acabou girando em torno da co-gestão e da heterogestão. Não houve a passagem para a terceira fase de sua luta, que seria o momento de instauração da autogestão. E isso aconteceu em decorrência da autolimitação do movimento operário. Este se restringiu à forma de organização que não rompia com o capital. A co-gestão expressa que realmente houve a ocupação de fábricas e a instauração de gestão coletiva dos trabalhadores, mas essa ocupação se manteve no nível da individualidade fabril, sem ultrapassar as fronteiras da própria fábrica. Por conseguinte, a produção foi submetida às determinações do mercado, ou seja, continuou-se a produzir mercadoria para ser vendida no mercado. Em diversas outras empresas, os operários preferiram manter a propriedade privada intacta e instaurar um regime de gestão participativa, o que quer dizer que continuaram gerindo as fábricas para os capitalistas, na forma de heterogestão.

Com isso, o que vimos é que a relação da autogestão com a Revolução dos Cravos não é tão simples como aparenta ser. O movimento operário português demonstrou não atuar de forma homogênea. Suas ações foram distintas e assumiram posições diferentes naquele período. Alguns grupos avançaram mais, atingiram a fase das lutas autônomas, embora não tenham conseguido passar daí. Já outros, mantiveram-se na fase das lutas espontâneas. E nesse contexto a autogestão não foi alcançada. Nas bases da sociedade portuguesa o modo de produção capitalista permaneceu intacto. O que mudou foram algumas formas de se produzir mercadorias

para serem vendidas. Em alguns lugares assumiu a forma de co-gestão, em outras de heterogestão e em outras ainda a forma clássica do capitalista privado.

Apesar dos limites enfrentados pelo movimento operário em Portugal em sua luta pela instauração da autogestão, é inegável que o movimento operário recebeu importantes contribuições. Destacamos, por exemplo, que a radicalização do movimento operário demonstrou ser o ponto fundamental para abolir a sociedade de classes. Outro ainda, que a auto-organização é a forma de autoeducação dos produtores, que ao atingir a sua autonomia tende a se radicalizar. A experiência vivida pelo operariado português, demonstrou ainda que não pode se restringir a buscar a atingir a segunda fase de sua luta. Essa é apenas uma fase que deve ser ultrapassada, e caso isso não aconteça, a tendência é que o capitalismo crie mecanismos, auxiliado pela burocracia estatal e civil, para a reintegração dos operários em sua dinâmica. Em síntese, a autogestão pressupõe a abolição do modo de produção capitalista. E no decorrer e após a Revolução dos Cravos o movimento operário português não o fez. Com isso, deixou uma lição de que diante do capital não se deve pestanejar. Para instaurar a autogestão só há um caminho, a abolição do Estado e do modo de produção capitalista.

Referências

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

JENSEN, Karl. *A Luta Operária e os Limites do Autonomismo*. Revista *Marxismo e Autogestão*. Ano 1, num. 2, jul./dez. 2014.

MAILER, Phil. *Portugal: A Revolução Impossível?*. Porto: Afrontamento, 1978.

MARQUES, Edmilson. A Experiência Autogestionária no Maio de 1968. In: BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo. *Maio de 1968: luta de classes e projeto autogestionário*. Curitiba: CRV, 2019.

MARX, Karl. Prefácio 1ª e 2ª edição de O Capital. In: MARX, Karl. *O Capital*. Vol.1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. Carta a Annenkov. In: MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. O Método da Economia Política. In: MARX, Karl. *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PINTO, Tales dos Santos. *Gestão Operária na Revolução Portuguesa: auto-organização e hetero-organização no jornal Combate*. Goiânia: UFG, 2016.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.

_____. *25 de Abril de 1974: A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

SOARES, Mário. *Portugal: que revolução?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SPÍNOLA, Antônio de. *Portugal e o Futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

V. Ermakov e V. Poliakovski. *Encruzilhadas da Revolução Portuguesa*. Mosvoco: Edições Progresso, 1979.

VIANA, Nildo. *As Experiências Autogestionárias*. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2020/01/as-experiencias-autogestionarias.html>. Acesso em 28 de ago. 2022.